

ENSINO DE ARTES VISUAIS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS NO INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA ADALGISA CUNHA

DOI: <http://dx.doi.org/105965198431781212016045>

Maria das Graças Leite de Souza e Robson Xavier da Costa – PPGAV UFPB/UFPE

RESUMO

Este artigo apresenta parte do referencial teórico da pesquisa, iniciada no ano de 2015, desenvolvida junto aos estudantes do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC), a partir da atuação da discente de pós graduação em artes visuais (PPGAV UFPB/UFPE) e membro do Grupo de Pesquisa em Arte, Museus e Inclusão (GPAMI/CNPq), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), autora deste artigo e seu orientador. Tivemos como principal objetivo analisar a viabilidade do ensino de artes visuais para crianças com Deficiências Visuais na Cidade de João Pessoa – PB, a partir da atuação do ICPAC. Buscamos compreender o papel do ensino de artes visuais e sua efetiva viabilidade para crianças com deficiências visuais a partir dos primeiros contatos com as atividades artísticas. O fato de trabalhar com crianças com Deficiências Visuais desafia o professor de artes visuais, é necessário adaptar materiais, rever procedimentos e atitudes, focar nas potencialidades dos sujeitos e minimizar as limitações causadas pela falta ou baixa visão, estimular as habilidades básicas (motricidade fina, lateralidade e percepção espacial) e exercitar o potencial criativo dos aprendentes.

PALAVRAS CHAVE: Deficiência Visual. Ensino de Artes Visuais. UFPB. Inclusão.

ABSTRACT

This article presents part of the theoretical research framework, initiated in 2015, developed with students of the Institute of the Blind of Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC), from the operations of the graduate student in visual arts (PPGAV UFPB/UFPE) and member of the Art Research Group, Museums and Inclusion (GPAMI/CNPq), the Universidade Federal da Paraíba (UFPB), author of this article and your advisor. We had meant to examine the feasibility of visual arts education for children with visual impairments in the city of João Pessoa - PB, from ICPAC's performance. We seek to understand the role of teaching visual arts and its effective feasibility for visually impaired children from the first contacts with the artistic activities. The fact of working with children with Visual Impairments challenges the teacher of visual arts, it is necessary to adapt materials, review procedures and attitudes, focusing on the potential of subject and minimize the limitations caused by the lack or low vision, stimulate the basic skills (fine motor skills, laterality and spatial awareness) and exercise the creative potential of learners.

KAY WORDS: Visual Impairment. School of Visual Arts. UFPB. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve início em 2015, como continuidade do “Projeto Artes Visuais & Inclusão: ensino de artes visuais em Instituições de Educação Inclusiva em João Pessoa/PB”, iniciado em 2014. Em 2015, inserimos aulas de artes visuais no currículo da formação inicial de crianças com



Deficiências

Visuais, crianças

das séries iniciais do Ensino Fundamental e que também são estudantes do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC), com idades entre 6 e 10 anos, com limitações em relação a visão, origens socioeconômicas diversificadas e pouquíssima ou nenhuma experiência com artes visuais.

O tema em questão “ensino de artes visuais para os estudantes do ICPAC” é recente, já que a instituição tem privilegiado ao longo da sua existência a educação musical e corporal, em detrimento das ações de ensino voltadas para as artes visuais, por uma compreensão do senso comum, que pessoas com Deficiências Visuais desenvolvem mais as habilidades relacionadas aos sentidos da audição, mobilidade e táteis, e não teriam, necessariamente, que lidar com recursos visuais.

A preocupação com a educação inclusiva de pessoas com deficiências visuais tem relação com os marcos legais da política educacional internacional, tais como: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia (1990), definindo a política para educação inclusiva, bem como a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, Espanha (1994), onde foi redigida a Declaração de Salamanca, marco para a implantação a nível global do conceito de educação inclusiva.

A partir de 1996, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), que afirma: “(...) todas as crianças devem ser acolhidas pela escola, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais”, a Educação Inclusiva no Brasil deve ser compreendida como um conceito amplo, relacionando-se a todas as pessoas que podem ser consideradas a margem da estrutura social dominante, portanto, refere-se as questões relativas as pessoas com deficiências, bem como, a todas as maneiras de exclusão relacionadas as relações sociais, econômicas e culturais.

A compreensão ampla do conceito de inclusão ultrapassa as questões de acessibilidade, as barreiras arquitetônicas, os limites físicos e suas relações, ampliando-se para todas as maneiras de incluir os seres humanos, já que o processo de inclusão pode e deve se dar em todos os espaços educacionais, sejam formais, informais ou não formais.

Embora o ICPAC seja uma instituição de educação especial, onde as crianças e jovens com Deficiências Visuais passam uma parte do dia, após o horário escolar, como complementação do



processo educacional da escola formal, sua formação permanece ainda restrita a algumas atividades, devido as atuais condições financeiras do Instituto e as políticas públicas educacionais voltadas para áreas específicas do conhecimento.

As artes visuais podem estimular as crianças e jovens com Deficiências Visuais, proporcionando o desenvolvimento sensorial, tátil, sonoro e sinestésico, favorecendo o desenvolvimento da percepção espacial, a relação pessoa ambiente, o discernimento de formas e cores, estimulando a visão residual (quando é o caso), estimulando o pensamento divergente e a criatividade.

Algumas questões permanecem como base para esta pesquisa, como ensinar artes visuais para pessoas com deficiências visuais (DV)? Como adaptar materiais e suportes que possam facilitar a aquisição de conhecimentos sobre artes visuais para pessoas com DV? Quais os limites pedagógicos para o desenvolvimento do EAV para DV? Este artigo apresenta uma discussão teórica e não pretende esclarecer totalmente essas questões, apenas problematizar a função do ensino de artes visuais para crianças com deficiências visuais no ICPAC.

2. EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS NA PARAÍBA: AÇÕES DO INSTITUTO DOS CEGOS

A primeira escola do mundo destinada a pessoas com deficiências visuais foi inaugurada no ano de 1854, na França, o Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris.

Segundo Franco (2005), em 1829, foi instalado na América do Norte, o primeiro Instituto para cegos nos Estados Unidos.

No Brasil, temos como referência pioneira o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 12 de setembro de 1854, pelo Decreto Imperial Nº. 11.428, segundo o discurso do seu primeiro diretor o Dr. Sigaud, o Instituto tem por finalidade:

Educar meninos cegos e prepara-los segundo sua capacidade individual, para exercício de uma arte, de um ofício, de uma profissão liberal. É, pois, uma casa de educação, e não, um asilo, e muito menos um hospício; uma tríplice especialidade: música, trabalhos, ciência, eis o que constitui sua organização especial (HOLANDA e CAMINHA, 2008, p. 7).

O Instituto Benjamin Constant até 1926 foi a única instituição especializada para deficientes visuais no país, atualmente ainda é uma instituição de referência. Profissionais de todo o país vão

até o Rio de Janeiro para fazer formação especializada, posteriormente foi inaugurado em Belo Horizonte o Instituto São Rafael, seguido da abertura de instituto dos cegos em vários estados da federação:

O Decreto nº 09, baixado pelo Governo Provisório da recém-proclamada República, suprimia do nome do Instituto a palavra “Imperial”. O Decreto nº 193, de 30 de Janeiro de 1890, denominava-o Instituto Nacional dos Cegos. Finalmente, o Art. 2º do Decreto nº 1.320, de 24 de Janeiro de 1891, deu-lhe o nome de Instituto Benjamin Constant, pelo qual ainda hoje é conhecido, numa justa homenagem ao mais longo e profícuo administrador (IBC, 2007).

A educação de deficientes visuais na Paraíba, não tem sido diferente do que tem acontecido em outros estados, vem enfrentando desafios desde o início de sua história, quando em 1944, em João Pessoa, no contexto da Educação Especial local, nasceu da iniciativa da Sr^a. Adalgisa Duarte Cunha e foi inaugurado como Instituto dos Cegos da Paraíba (hoje Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha - ICPAC), entidade pioneira no Nordeste no atendimento de pessoas com deficiências visuais. De acordo com os registros:

No ensino especializado no Estado da Paraíba teve início aos 16 de março de 1944, com a criação do Instituto dos Cegos Adalgisa Cunha (NEDESP UFPB, 1997).

O Instituto dos Cegos da Paraíba é uma entidade filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, autônoma e de caráter educacional, passou a ter personalidade jurídica em 08 de Junho de 1944.

Para iniciar os trabalhos do Instituto dos Cegos, a senhora Adalgisa Cunha dispôs de um espaço cedido no Lar da Providência, lar de longa permanência e acolhimento para pessoas idosas, enquanto era construído o prédio que até hoje é sede própria desse Instituto, na Avenida Santa Catarina, nº 396 – Bairro dos Estados, na cidade de João Pessoa.

Ninguém sabe ao certo que motivos levaram esta senhora a criar o Instituto dos Cegos. O que podemos afirmar, sem medo, é que, numa época em que a educação de pessoas cegas ainda era um desafio no Brasil, e estas eram, na sua grande maioria, vistas como estorvo para suas famílias, uma senhora da sociedade acreditou que nelas havia um potencial adormecido e resolveu mostrar aos descrentes que, incentivadas, as pessoas cegas seriam capazes de superar suas próprias limitações (APACE- Boletim Informativo, 2003).

Outro desafio foi a preparação de pessoas capazes para atender às necessidades das crianças com deficiências visuais, uma preocupação eminente da fundadora do Instituto dos Cegos, que trazia do Instituto Benjamin Constant – Rio de Janeiro – pessoas capacitadas para habilitar a sua

equipe de trabalho. Para isso, tratou de aprender a empregar o método Braille (sistema de leitura tátil para as pessoas cegas), com o objetivo de disseminá-lo para outras pessoas.

Ainda hoje, o Instituto dos Cegos da Paraíba, se mantém fiel à educação de crianças, jovens e adultos com deficiências visuais e de baixa visão, cerca de 50 alunos na faixa etária entre quatro a dezoito anos estão atualmente matriculados na instituição, em regimes de internato, semi-internato e externato. Na escola, as crianças e adolescentes recebem atendimento nas mais variadas modalidades: educação musical, informática, atividades de educação física e prática desportiva, além das quatro séries do ensino fundamental. A escola também dá total acompanhamento àqueles alunos que já ultrapassaram a primeira fase do 1º grau e são incluídas na rede regular de ensino.

3. PROJETO ENSINO DE ARTES VISUAIS EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVAS EM JOÃO PESSOA – PB: O CASO DO INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA.

O Projeto Artes Visuais & Inclusão: Ensino de Artes Visuais em Instituições de Educação Inclusiva em João Pessoa, Paraíba, Brasil, consiste em uma ação de pesquisa e extensão, de caráter permanente, que objetiva a inserção de aulas semanais de artes visuais para crianças e jovens com necessidades educativas especiais e idosos nas instituições locais. No ICPAC no ano de 2015, a equipe foi dividida em dois grupos, cada um deles, atuou em um turno diferente, ficando a cargo da discente Maria das Graças Leite de Souza, a responsabilidade pelo atendimento para as crianças com DV em fase inicial matriculados no ICPAC, no turno da manhã.

O ICPAC é uma Instituição sem fins lucrativos, de caráter assistencial, foi a primeira escola para pessoas portadoras de deficiências visuais criada no Nordeste, fundada em 1948, atende alunos de baixa renda de todo o Estado da Paraíba, num total de 100 estudantes em diferentes faixas etárias e escolaridades, dos quais 20 são residentes permanentes, além de dispor de uma excelente biblioteca em braile.

O trabalho realizado na instituição beneficiada pelo Projeto de Pesquisa objetivou promover o desenvolvimento integral dos sujeitos em Instituições de Educação Inclusiva, possibilitando o aumento da autoestima, a socialização, o desbloqueio do potencial criativo e a inserção ativa do indivíduo na comunidade. O projeto inseriu aulas semanais de artes visuais para crianças, jovens e adultos, sendo um instrumento importante na reabilitação dos usuários, principalmente aos que chegam à entidade, criando um elo para o entrosamento entre os usuários.

O projeto tende, também, a incentivar a criatividade e libertar a imaginação, desenvolvendo o tato e a recuperação dos sentidos. No trabalho desenvolvido, as pessoas podem acessar conteúdos psíquicos inconscientes ou conscientes que estão vinculados às suas ações e relações familiares durante a vida, além de procurar fomentar reflexões diante das dificuldades existenciais, ressaltando os potenciais e habilidades, buscando minimizar as diferenças e a exclusão social.

4. O MÉTODO DE PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa pode ser compreendida como uma atividade permanente de aprendizagem sobre determinado aspecto da realidade, onde o pesquisador não só promove conhecimento, mas, também aprende, ensina e transforma o que sabe, favorecendo a troca de ideias e experiências e reconstruindo o saber sobre o objeto estudado. Trata-se de colocar em confronto a realidade do campo de estudo com as relações estabelecidas entre os indícios visuais, procurando entendê-las e analisá-las criticamente, já que conhecer é confrontar, questionar, contradizer, verificar, analisar algo dado.

Para a pesquisa qualitativa um fenômeno pode ser melhor compreendido se for estudado a partir do contexto em que está inserido. O pesquisador vai a campo em busca do conhecimento das relações e as maneiras que as variáveis da pesquisa interagem em determinadas situações ou espaços. Assim, os dados podem ser analisados a partir das relações estabelecidas.

As principais fontes de dados para a Pesquisa Qualitativa de estudo de caso, são as entrevistas e as técnicas de observação, cujos relatórios podem ser acompanhados de imagens (fotos, colagens, desenhos, recortes), exemplos e descrições fornecidas pelos entrevistados, tendo como função auxiliar a compreensão do objeto de estudo. Nada impede o uso de dados estatísticos e quantitativos como complementos para a compreensão do fenômeno.

Esse campo de pesquisa relaciona-se com a complexidade e com os fatos da realidade, possibilitando abertura para o surgimento de novos elementos ao longo do desenvolvimento do trabalho, exigindo do pesquisador atenção para trabalhar com a multiplicidade de situações que ocorrem em um mesmo contexto.

No caso das artes visuais o estudo de caso enquanto método qualitativo se aplica aos trabalhos que se debruçam, por exemplo, sobre um(a) determinado(a) artista, obra, um conjunto de produções visuais, uma instituição, uma experiência artística, ou mesmo projetos específicos, bem como se refere as relações entre os projetos culturais e seus usuários.

A modalidade de estudo de casos, segundo Serra (2006, p.82) talvez seja o método mais comum nas pesquisas qualitativas no campo das ciências humanas, já que busca esgotar o conhecimento sobre um caso específico, que pode ser considerado modelo ou referencial, mesmo que não seja generalizável. Os estudos de caso pretendem conhecer em profundidade o objeto. Nessa direção, o acúmulo de investigações sobre determinado tema, abordado sob diferentes perspectivas, favorece sua compreensão de maneira ampla, embora o pesquisador dedique-se a especificidade de cada caso selecionado.

Tal abordagem metodológica é considerada adequada para pesquisas que visam compreender, explorar ou descrever um fato ou acontecimento complexo com relação ao qual o pesquisador depara-se com diversos fatores importantes que precisam ser investigados, porém não permite um rígido controle artificial. Entre estas situações de pesquisa encontram-se aquelas que são definidas como centrais, o entendimento do “como” e do “porquê” determinado fenômeno ocorre. Elementos de conexão entre os fatores e a dinâmica dessas situações de investigação podem ser percebidos em diversos níveis.

Um estudo de caso é um aprofundamento vertical em um fenômeno ou produto exemplar, considerado excepcional e merecedor de uma investigação específica, pois poderá vir a favorecer a compreensão global de um tema, ou propiciar importantes indícios para futuras investigações.

Em um estudo de caso, o pesquisador pode utilizar a pesquisa documental, que também é parte integrante da pesquisa qualitativa, já que as fontes documentais foram ampliadas no decorrer do tempo e permitem o acesso às informações que seriam inacessíveis por outro caminho.

As fontes documentais são amplas, consistindo em conjunto de registros escritos (jornais, revistas, diários, livros de receita, livros de anotação das obras, memorandos, relatórios, etc.), registros estatísticos (dados concretos mensuráveis); registros visuais (sinais, gráficos, fotografias, vídeos, filmes e imagens em geral); registros sonoros (músicas, gravações, depoimentos, entrevistas, etc.), permitindo considerar como fonte de pesquisa diversas tipologias de documentos. O pesquisador das imagens pode utilizar como fontes complementares, documentos escritos (textos, catálogos, reportagens, catálogos das exposições, relatórios dos museus, etc.) presentes nos acervos dos setores de biblioteconomia, informação e comunicação dos espaços pesquisados.

Segundo Yin (2005) o estudo de caso é um tipo de pesquisa empírica que analisa fenômenos contemporâneos em seu contexto real, em situações onde as fronteiras entre os elementos estudados não estão muito claras, necessitando do uso de múltiplas fontes de evidência para esclarecê-las. O

pesquisador pode estudar múltiplos casos ou casos exemplares. Ele é aplicado quando não é possível controlar os fenômenos estudados e estes são atuais, devendo ser estudados em seus contextos reais.

A escolha do caso acontece, normalmente, a partir das questões que intrigam o pesquisador, embora possam ocorrer espontaneamente, algumas decisões guiam as escolhas do pesquisador, qual(is) é(são) o(s) objeto(s) de estudo(s)? Esse objeto representa uma unidade típica ou diferenciada? Vai se estudar um único caso ou será um estudo comparativo? Deve-se decidir quem entrevistar, como e onde aplicar questionários, como e onde observar, quais os documentos serão analisados, após definir essas variáveis inicia-se a etapa mais difícil, garantir o acesso do pesquisador ao local e as pessoas que farão parte da pesquisa. O pesquisador deve ser direto com os responsáveis e os entrevistados, fazendo-os entender seu papel e objetivos na pesquisa.

Em um ambiente público ou semi-público como uma instituição cultural a pesquisa de campo pode ser desenvolvida nas áreas abertas como o parque/jardim ou fechadas como as galerias, as bibliotecas e/ou acervos, é necessário fôlego e determinação do pesquisador para fomentar a “potencialidade disruptiva” do conhecimento (DEMO, 2008), ele deve estabelecer parâmetros teóricos, ou seja, um dado é sempre um produto teórico, já que a realidade precisa ser interpretada, revista, reconstruída, a partir de parâmetros determinados, de olhar específico do pesquisador (DEMO, 2008, p. 25).

É necessário tentar estabelecer uma ligação estreita com o universo pesquisado e seu público, por meio das seguintes estratégias: vivenciar, observar, catalogar, interpelar e conviver com aqueles que fazem no cotidiano da instituição cultural um local vivo e intenso. Este tipo de pesquisa pode permitir a experiência do pesquisador, estabelecendo um novo olhar para as relações desenvolvidas em contextos específicos, observando com distanciamento, com um olhar estrangeiro.

O pesquisador deve olhar atentamente para o entorno, conhecê-lo intimamente, lendo os acontecimentos a partir de referências externas, aprendendo e apreendendo as relações entre as atividades desenvolvidas e as questões de pesquisa.

Ao utilizar o método de estudo de caso em nosso processo de pesquisa, objetivamos manter o diálogo entre os sujeitos entrevistados, os espaços e as obras de arte expostas, permitindo discussões e comparações de dados, na busca da construção metodológica, diante de objetos de conhecimento complexos e multidisciplinares, visando aproximar o sujeito do objeto de pesquisa.

O contato direto dos objetos estudados com os sujeitos da pesquisa, certamente, favorece o fato de descobrirmos aspectos da realidade impossíveis de serem detectados em outro tipo de situação. O estudo de caso e a pesquisa de campo possibilitam não só o conhecimento da realidade como a familiaridade com os acontecimentos estudados, mesmo que seja em pequena escala.

As grandes argumentações do estudo de caso que se relacionam com a prática da pesquisa, dizem respeito à diversidade e a prática multidisciplinar, com foco no processo participativo do público e sua relação com as artes visuais; estudando a produção artística como elemento vivo, em permanente transformação e integrado ao meio.

A ação da pesquisa de campo não é só o levantamento de dados empíricos sobre determinada realidade, pode ser considerada uma forma de intervenção. “A prática é forma de conhecimento, porque por meio dela testamos conhecimento vigente e produzimos novo, bem como dialogamos dinamicamente com a realidade e conosco mesmos (...)” (DEMO, 2008, p. 83).

Nesta pesquisa o estudo de caso compreende o ICPAC e a turma de crianças do Ensino Fundamental matriculadas nas aulas de artes visuais, iniciada em 2015, derivada do projeto de pesquisa iniciado em 2014 “artes visuais & inclusão: ensino de artes visuais em Instituições de Educação Inclusiva em João Pessoa/PB”, pelo Grupo de Pesquisa em Arte, Museus e Inclusão (GPAMI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em parceria com a Prof^a. Dr^a. Livia Marques Carvalho, contando com a participação dos discentes do Curso de Artes Visuais.

Este projeto foi aprovado pelo Programa de Apoio à Licenciatura – PROLICEN da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em abril de 2014, entre os meses de maio de junho foram feitos os primeiros contatos do GPAMI/UFPB/CNPq com as instituições beneficiárias, objetivando tomar contato com o contexto institucional, definir as turmas e horários, e o planejamento das primeiras ações pedagógicas. Inicialmente a equipe do Projeto resolveu trabalhar com a temática “identidade”, todos os trabalhos em ambas as instituições devem abordar o tema proposto, para que possam posteriormente sejam avaliados.

Como as atividades e ações de pesquisa desenvolvidas pela equipe do projeto são permanentes, serão avaliadas a cada ano. O projeto tem contribuído para a melhoria da qualidade das aulas de artes visuais desenvolvidas nas referidas Instituições e amplia o campo de estágio para os estudantes de artes visuais da UFPB.

Consideramos a prática do estudo de caso e da pesquisa participante como maneiras de conhecer melhor o objeto da pesquisa e possibilitar o estudo *in loco* dos estudantes de artes visuais

(graduação e pós graduação) da UFPB, em contato com um campo propício de pesquisa, o ensino de artes visuais para DV, aliando teoria e prática em um trabalho consistente e socialmente engajado.

5. RESULTADOS

Durante as ações do Projeto de Pesquisa no ICPAC a equipe foi dividida em dois grupos, cada um deles, atuou em um turno diferente, este artigo analisou a prática que ficou a cargo da mestrandia do PPGAV UFPB/UFPE, com o atendimento de crianças com Deficiências Visuais em fase inicial de escolarização, matriculados no ICPAC.

O trabalho realizado na instituição beneficiada pelo Projeto de Pesquisa objetivou promover o desenvolvimento integral dos sujeitos em Instituições de Educação Inclusiva, possibilitando o aumento da autoestima, a socialização, o desbloqueio do potencial criativo e a inserção ativa do indivíduo na comunidade. O projeto inseriu aulas semanais de artes visuais para crianças, jovens e adultos, sendo um instrumento importante na reabilitação dos usuários, principalmente aos que chegam à entidade, criando um elo para o entrosamento entre os usuários.

Figura 01 – Estudante do ICPAC com D.V. trabalhando com pintura em formas geométricas



Foto: Graça Leite, 2015

Figura 02 – Composição visual com formas geométricas realizado por estudante com D.V. no ICPAC



Foto: Graça Leite, 2015



O projeto buscou incentivar o pensamento divergente, o domínio da forma e o desenvolvimento do potencial criativo na Criança com Deficiência Visual, estimulando a multisensorialidade. No trabalho desenvolvido, as crianças trabalharam com estruturas básicas para a compreensão da percepção espacial vinculadas às suas ações e relações familiares durante o cotidiano, além de refletir sobre as dificuldades na execução das atividades, procuramos ressaltar os potenciais e habilidades, buscando minimizar as diferenças e a exclusão social.

Considerações Finais

A partir das ações em educação não formal, o projeto tem favorecido a inserção dos alunos da graduação em artes visuais (licenciatura) da UFPB e de profissionais voluntários, no campo ampliado dos saberes em/sobre o Ensino das Artes Visuais, favorecendo a consolidação do conhecimento sobre artes e o contato efetivo dos graduandos com o campo de trabalho.

Os resultados obtidos durante o projeto foram benéficos para os estudantes com DV e essa melhoria foi também refletida na pesquisa. O contato com os materiais libertou a imaginação dos que não podem enxergar de maneira convencional, mas enxergam com outros sentidos. Todos expressos por meio das atividades artísticas. Também identificamos o perfil dos usuários durante o processo criativo.

Ressaltamos que todos os participantes têm suas histórias de vida e que muitas vezes não tem oportunidades de expô-las, de realizar alguns sonhos e de encontrar novos valores, devido às limitações proporcionadas pela Deficiência Visual, que possa dar significado e renovação ao seu estilo de vida.

Surpreende-nos conhecer e ver crianças com Deficiências Visuais cheias de vitalidade e determinação que são excluídas da sociedade por que simplesmente não conseguem ver, como a maioria da população.

Acreditamos que fomos relativamente bem-sucedidos nesta primeira etapa do projeto. Foi um trajeto marcado por sorrisos, símbolos e recordações. O projeto criou possibilidades tanto para as crianças do ICPAC, desenvolvendo seu autoconhecimento.

As atividades planejadas trouxeram em seus conteúdos, suportes que estimularam no grupo de participantes a coordenação motora, o autoconhecimento, a atenção, a noção de espaço e o mais importante favoreceram o diálogo e a confiança durante as atividades desenvolvidas. O projeto

estabeleceu um bom vínculo com os participantes e consideramos que as atividades desenvolvidas foram frutíferas, atingindo os objetivos propostos.

Nesta pesquisa, em curso, utilizamos a “observação participante”, entre outras técnicas. Essa técnica de pesquisa de campo tem sido muito utilizada nas ciências sociais, particularmente na antropologia, e representa o ato de acompanhar de perto os objetos estudados, identificando o cotidiano no *setting* da pesquisa.

A observação participante pode ser compreendida como um método possível e complementar ao método central que é o estudo de caso. Todo conhecimento fechado, torna-se oficial, passa à pregação particular, impedindo o movimento de sua própria renovação, que é o questionamento aberto, sob o critério da discutibilidade.

Qualquer dado já é produto teórico, se admitirmos que a realidade não se dê, pura e simplesmente, mas precisa ser interpretada, reconstruída. Não existe evidência empírica, que, aliás, seria a própria morte da pesquisa, como acreditava Marx, quando dizia que, se o fenômeno coincidissem com a essência da realidade, não seria necessária a ciência (DEMO, 2008, p. 25).

Em nossas investigações, utilizamos “multimétodos” de pesquisa, objetivando manter o diálogo entre o método de estudo de casos e outros métodos das ciências humanas, permitindo relacionarmos objetos de conhecimento multidisciplinares como é o caso das artes visuais. “(...) certamente, no contato com a realidade reconstruída descobrem-se coisas que a teoria sequer havia suspeitado. (DEMO, 2008, p. 39)”.

Como um projeto de pesquisa permanente esta investigação apresenta diversas frentes de investigação, neste artigo apresentamos uma das suas vertentes, que foi o caso do Ensino de Artes Visuais com crianças em fase inicial de formação com DV no ICPAC, na mesma instituição temos outra equipe de pesquisa atuando desde 2014 com adolescentes.

REFERÊNCIAS

- APACE - **Boletim Informativo da Associação Paraibana de Cegos** – Apace. Ano VI, Nº 19, Janeiro/Maio/2001, João Pessoa/PB: Impresso no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha. Disponível em: intervox.nce.ufrrj.br/~joana/textos/entrel05.htm. Acesso em: 11/08/15.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 2ª Ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.



HOLANDA, Maria de Fátima Duarte de; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. **Memórias da Educação Especial: Da Integração a Inclusão**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

IBC - Instituto Benjamin Constant. **Uma História Centenária**. Disponível em: www.ibr.gov.br/media/common/Downloads_Historia_IBC.doc. Acesso em: 11/08/15.

NEDESP UFPB - Universidade Federal da Paraíba. **Manual do Núcleo de Educação Especial do Centro de Educação**. João Pessoa/PB: Editora Universitária, 1997.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo**: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Edusp – Mandarim, 2006. Parcialmente disponível em: www.google.books.com. Acesso em: janeiro 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

*Recebido em 4 de janeiro de 2016
Aprovado em 27 de março de 2016*